

DO AUTOCONSUMO AO MERCADO: OS DESAFIOS ATUAIS PARA A CAPRINOCULTURA NO NORDESTE SEMI-ÁRIDO DA BAHIA

André Silva Pomponet¹

RESUMO

Durante séculos a caprinocultura constituiu-se apenas em uma atividade de subsistência entre os agricultores familiares no nordeste semi-árido da Bahia. Nas últimas décadas, porém, investimentos governamentais em infra-estrutura dotaram a atividade de sustentabilidade, superando o precário estágio de subsistência e abrindo perspectivas de consolidação do agronegócio da caprinocultura. Os desafios para assegurar a profissionalização da atividade, contudo, permanecem postos e serão discutidos no presente artigo.

INTRODUÇÃO

A caprinocultura tem se consolidado como uma alternativa para a geração de emprego e renda entre os agricultores familiares do nordeste semi-árido da Bahia. Esse quadro representa uma evolução em relação ao passado, quando a atividade era voltada apenas para o autoconsumo ou para a comercialização em mercados próximos, enfrentando limitações como a escassez de água e a ausência de alimento para o rebanho em épocas de estiagens prolongadas.

Mas, em uma região em que as oportunidades econômicas são escassas em função dessas limitações, a caprinocultura se coloca como uma alternativa para a geração de emprego e renda capaz de induzir o desenvolvimento local. Para tanto, porém, é necessário que a atividade se profissionalize, modificando o caráter de subsistência que atualmente a caracteriza.

Nos últimos anos, investimentos governamentais apoiados pelo Banco Mundial permitiram a construção de milhares de cisternas, a implantação de centenas de sistemas simplificados

¹ André Silva Pomponet é Economista, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e atua na Secretaria do Planejamento da Bahia

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

de abastecimento de água e a disponibilização de milhares de fardos de feno. Essas medidas favoreceram a expansão da caprinocultura na região, notadamente entre os agricultores familiares.

No entanto, a caprinocultura pode avançar ainda mais, profissionalizando-se e se consolidando como agronegócio. O objeto principal desse trabalho é justamente apontar quais os desafios colocados atualmente para que a caprinocultura dê um passo em direção à profissionalização e à plena inserção no mercado. Para tanto, utilizou-se como referência principal as próprias sinalizações dos agricultores envolvidos na construção do Plano Plurianual Participativo, ocorrido em 2007, além de relatórios e diagnósticos elaborados na Bahia.

Cabe preliminarmente, no entanto, uma consideração sobre o que seja pólo caprinocultor do nordeste semi-árido da Bahia. Embora a delimitação não seja rigorosa, considera-se esse pólo caprinocultor a região que abrange os seguintes territórios de identidade: Sertão do São Francisco, Itaparica, Sisal, Piemonte do Itapicuru e Semi-Árido Nordeste II (SEI/SEPLAN, 2007). A regionalização através dos territórios de identidade serviu para a elaboração do Plano Plurianual 2008-2011 e coincide com a região caprinocultora mapeada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2006).

PRIMÓRDIOS DA CAPRINOCULTURA

Não há registros históricos precisos sobre desde quando as cabras foram domesticadas pelo homem. Estimativas mais conservadoras indicam que o convívio começou há cerca de seis mil anos (CONAB, 2006), mas há quem aposte que a relação entre os seres humanos e os caprinos começou há mais de dez mil anos (CASTRO, 1984). O certo é que o animal sempre desempenhou um papel importante nas sociedades humanas, até mesmo povoando a mitologia e sendo objeto de referências bíblicas.

Em parte, essa importância pode ser explicada pela extrema capacidade de adaptação às mais distintas regiões do planeta. Conforme Castro (1984), as cabras habitam regiões com grande variedade de clima, topografia e fertilidade, a exemplo das zonas altas e frias do Himalaia e das planícies escaldantes do continente africano, passando inclusive pelas

regiões montanhosas da América do Sul e pelo próprio semi-árido do Nordeste brasileiro.

Além da capacidade de adaptação às diversas regiões, a cabra apresenta outra virtude muito valorizada pelos criadores: a variada oferta de produtos. Carne, leite, couro e queijo são derivados bastante apreciados no mercado e cuja demanda é crescente. O esterco, empregado como adubo, é outra forma aproveitamento corriqueiro e o caprino também ser empregado como fonte de tração animal (CONAB, 2006). Outra razão do sucesso da caprinocultura é que o cultivo se disseminou principalmente entre os países pobres, representando fonte de renda e alternativa alimentar para milhões de famílias. Uma estimativa recente indica que 94,2% dos animais estão em países pobres (CONAB, 2006).

Porém, mesmo constituindo uma importante alternativa de sobrevivência para milhões de pessoas ao redor do mundo, a cabra sempre foi um animal estigmatizado. Foi o que aconteceu na Espanha, em 1826, quando se determinou uma “matança geral de cabras” sob a alegação de que o animal poderia trazer danos às florestas (CASTRO, 1984, p. 45), o que posteriormente se concluiu não ter fundamento. Já nos Estados Unidos, os caprinocultores eram ridicularizados. Dizia-se que o animal era depredador e tinha mau cheiro (CASTRO, 1984, p.81). Somente entre os franceses existe algum reconhecimento, já que é definida como “vaca democrática”, por ser uma cria acessível a praticamente todos os camponeses, incluindo os mais pobres (CASTRO, 1984, p. 81).

Ocorre que, valorizada ou não, a cabra chegou ao Brasil e se consolidou na porção Setentrional do país. Não existem registros sobre como o animal foi trazido para o Nordeste, mas é bastante provável que tenha acompanhado a epopéia dos criatórios bovinos que se irradiaram sertões afora (POMPONET, 2008). Prado Júnior (2004) oferece pistas acerca desta trajetória: partindo da Bahia, os primeiros criadores de gado bovino alcançaram o Vale do São Francisco em meados do século XVII, disseminando-se ao longo do rio, dada a escassez de fontes de água. Esse povoamento inicial irradiou-se em direção ao Piauí, alcançando as pastagens de melhor qualidade e favorecidas por um regime pluviométrico mais generoso (PRADO JÚNIOR, 2004).

O esforço de ocupação dos sertões inóspitos tinha uma justificativa clara: a região litorânea, de solo mais fértil, foi inteiramente apropriada para o plantio da cana-de-açúcar, especiaria que alcançava preços elevados nos mercados europeus. Furtado (1964, p.73)

registra que o próprio governo português proibiu a criação de animais nas terras destinadas ao lucrativo negócio do açúcar. A epopéia do gado tinha o propósito de fornecer a carne bovina demandada pelos centros urbanos que, praticamente nada produziam do que consumiam, inteiramente voltados para as atividades agro-exportadoras.

A ocupação dos sertões, porém, assumiu feição bastante particular. O povoamento se deu de forma escassa e muito rala, pois a mão-de-obra ocupada nas fazendas de gado era diminuta. Até mesmo o comércio era muito frágil e normalmente localizado nos caminhos por onde trafegava o gado (PRADO JÚNIOR, 2004). Acrescente-se que a escassez de pasto e as restrições às fontes de água forçavam o caráter extensivo da atividade pecuária na região, diluindo a população pelos vastos territórios e inibindo a formação de grandes núcleos urbanos. Um detalhe que contribuiu para a fixação da população no semi-árido, ainda na época de ocupação da região, foi o baixo nível de monetização da atividade econômica, o que amenizava as crises decorrentes das oscilações dos preços das *commodities* e inibia os fluxos migratórios (FURTADO, 1964, p. 78).

Esse modelo extensivo de desenvolvimento da pecuária bovina ajudou a moldar a estrutura agrária da região semi-árida da Bahia. Boa parte da mão-de-obra existente dedicava-se ao trato do gado bovino, cuja prosperidade relacionava-se à ausência de estiagens prolongadas. E uma parcela menor dos trabalhadores ocupava-se de funções auxiliares, entre as quais os serviços e o comércio. O latifúndio é que articulava esse sistema econômico, inclusive combinando instrumentos de posse e meação, em que os colonos utilizavam o solo, compensando o patrão com parte da colheita, normalmente a terça parte. Engenhoso, o mecanismo assegurava o lucro do latifundiário na pecuária bovina e, de forma não rival, provia o meeiro de meios de subsistência.

A maturação desse sistema contribuiu para a seleção das culturas mais adaptadas à região semi-árida, como o feijão, a mandioca e o milho. Como fonte de proteína animal, o camponês tinha duas alternativas: o gado bovino, mais suscetível às secas, e a cabra, que alcançava menor valor econômico, mas representava um suporte mais firme nos momentos de estiagens mais severas. Assim, constituiu-se a “cultura de subsistência” do semi-árido baiano: plantios de feijão, mandioca e milho e um pequeno cercado improvisado, onde se alojavam as cabras. Mas, conforme já dito, a seca era uma inimiga recorrente e que dizimava as plantações, freqüentemente deixando os produtores em situação de penúria.

Restava, então, a cabra.

Restava a cabra e sua incrível capacidade de adaptação aos climas mais inóspitos. O segredo do sucesso do animal no semi-árido baiano foi justamente essa excepcional capacidade de adaptação às condições edafoclimáticas adversas. A região combina baixa precipitação pluviométrica anual (média de 800mm), elevadas temperaturas médias anuais (entre 23 e 27 graus Celsius) e grande insolação, estimada em 2.800 horas por ano (MONTEIRO, 2007). Como dificuldade adicional, há a imensa irregularidade das chuvas: mesmo nos anos considerados normais, o ciclo chuvoso se estende por apenas três meses, em média e, quando há estiagem, essa às vezes se prolonga até por anos seguidos, tornando impraticável qualquer atividade agrícola e dizimando os rebanhos. Além da variabilidade temporal, o regime pluviométrico do semi-árido apresenta também expressiva dispersão espacial.

A rudeza do clima naturalmente se reflete sobre a vegetação semi-árida, cujo bioma é mais conhecido como caatinga, embora se apontem variações, como o seridó cearense, o agreste (parte da Serra do Araripe, em Pernambuco), e as serras (CASTRO, 1984, p. 61). Em geral, as plantas apresentam características xerofíticas, com folhas finas ou inexistentes e muitos espinhos, com estratos compostos por gramíneas, arbustos e árvores cuja altura oscila entre três e sete metros. Ao contrário do que se pensou durante muito tempo, a caatinga semi-árida apresenta uma grande diversidade de flora e fauna. Algumas plantas, como o mandacaru e o umbuzeiro, têm a característica de armazenar água em seu interior para enfrentar os períodos de seca.

OBSTÁCULOS HISTÓRICOS À ATIVIDADE

Ora, embora se reconheça a importância da cabra como sustentáculo para a cultura de subsistência no semi-árido da Bahia, por muitos anos não se pensou na atividade como uma alternativa real de geração de emprego e renda e, por conseqüência, como fonte de produtos exportáveis para os grandes centros urbanos brasileiros ou até mesmo para o exterior. Até a aquisição de raças originadas de outros países, com reconhecido desempenho na produção de leite e de carne, nunca foi objeto de uma política consistente no Brasil.

Exemplo raro é o que notou Castro (1984), registrando que em 1868 uma equipe composta por três técnicos do governo baiano esteve na Espanha, em outros países da Europa e na Ásia com o propósito de conhecer melhor a raça Murciana, além das raças Malagueña e Granadina. No relatório elaborado pelos técnicos, constam elogios à capacidade leiteira da raça Murciana e registra-se a oferta de um pequeno plantel ao governo baiano (CASTRO, 1984, p. 178). Passados exatos 140 anos, não restam registros se a oferta se consumou ou se restam espécimes da raça em solo baiano.

Outra tentativa de se fortalecer a caprinocultura na Bahia foi a importação de animais da raça “Angorá”, de pêlos vistosos. Como o pêlo do animal não mantém o mesmo aspecto em climas tropicais, tentou-se uma mistura com a raça “Marota”, nativa da Bahia, mas a experiência fracassou (CASTRO, 1984, p. 169). Isoladas e implementadas com longos intervalos de tempo, essas experiências demonstram a desarticulação das políticas públicas implementadas na Bahia para o setor caprinocultor.

Na verdade, a ausência de visão estratégica sobre a questão combina-se com elementos culturais. O mais evidente deles é o mesmo preconceito manifestado pelos europeus, de que a cabra é um “animal de pobre” e, portanto, criá-lo não é honroso, nem confere *status*. As raízes dessa mentalidade podem ser constatadas no próprio processo de colonização ao qual o país foi submetido: de um lado estavam os grandes latifundiários que expandiam suas fazendas em direção ao oeste, criando o gado que abastecia o litoral dedicado ao plantio da cana-de-açúcar. Esses detinham vastas extensões de terra, honrarias e recompunham seus rebanhos em poucos anos, quando uma seca mais feroz os dizimava. Além do mais, articulavam suas atividades com os núcleos urbanos do litoral, destinando sua produção para aquele mercado, ainda que custassem penosos deslocamentos dos animais, com efeitos inclusive sobre a produtividade, pois chegavam magros e estropiados (PRADO JÚNIOR, 2004, p.68). Mas ainda assim, compartilhavam dos excedentes gerados nas atividades primário-exportadoras.

Do outro lado estavam os agregados e meeiros, que subsistiam plantando milho, feijão e mandioca e mantinham um aprisco com cabras, que os socorriam nos momentos de estiagem mais penosa. Numa região inóspita, em que os grandes fazendeiros muitas vezes desempenhavam os papéis de governantes, juizes e até autoridades religiosas, essa influência não era desprezível. Assim, por inclinação cultural, o rebanho caprino era

substituído por algum gado bovino sempre castigado pelas secas intermitentes. Nos anos em que as estiagens se prolongavam, os poucos bois morriam ou eram vendidos a preço vil aos fazendeiros (que dispunham de reservas de pasto), diluindo o pobre capital acumulado pelo camponês. Além de dedicar-se à administração de suas modestas posses, os agregados eram mobilizados também para as tarefas nas fazendas dos grandes proprietários, normalmente recebendo uma pequena remuneração diária pela atividade. Essa dinâmica não raramente redundava em grandes catástrofes que causavam comoção nacional e produziam mortes e migrações, como as secas que ocorreram entre em 1877-1879, 1915, 1932 e, mais recentemente, em 1983.

Quando o drama das secas despertava a atenção do país, diagnosticava-se que o problema da região era, essencialmente, a escassez de água. Surgiram, então, a partir de 1930, os grandes investimentos na construção de açudes (como o de Orós). Furtado (1997, p.48) observa que os reservatórios serviam principalmente para fornecer o suprimento de água aos rebanhos bovinos de grandes fazendeiros, permanecendo a produção de alimentos numa situação secundária. Quando sobrevinham novas estiagens, o drama persistia e os fluxos migratórios se avolumavam. Para contê-los, os governos centrais remetiam alimentos e outros donativos que retinham o homem no campo, originando a famosa “Indústria da Seca” (FURTADO, 1997). Afinal, o maior beneficiário desse processo era o grande fazendeiro: nos períodos de prosperidade ele dispunha de mão-de-obra abundante e barata, alocada nos grandes latifúndios. Nos períodos de estiagem, o governo intervinha, contendo a migração e assegurando uma reserva de força de trabalho cuja remuneração permaneceria baixa nos períodos chuvosos.

Essa dinâmica cruel limitou as possibilidades de desenvolvimento da região mesmo depois que o Nordeste passou a ser tratado como uma questão nacional, a partir dos anos 1960. Vieram grandes empreendimentos industriais, surgiram investimentos em infra-estrutura, criou-se um órgão específico para formular e aplicar políticas de desenvolvimento para a região (a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), mas a maior parte dos programas e projetos contemplou apenas o litoral urbanizado.

O *hinterland* semi-árido permanecia esquecido. Não era surpresa, portanto, que em meados do século XX a população rural permanecesse cultivando o milho, a mandioca e o feijão de séculos atrás e vivesse às voltas com a opressão dos chefes políticos locais. A

caprinocultura, como não poderia deixar de ser, continuava esquecida, socorrendo os sertanejos aflitos nos momentos de fome ou de maior dificuldade financeira.

PRIMEIRAS INICIATIVAS DE PLANEJAMENTO

Somente em meados da década de 1970 surgiram os primeiros esforços sistemáticos para diagnosticar a situação da caprinocultura no Nordeste semi-árido baiano. O cenário descrito nos relatórios não era nada animador. A situação mais preocupante era a dos produtores: dispunham de rendimentos baixos, residiam em imóveis com instalações sanitárias precárias, a maioria era analfabeta ou tinha apenas instrução primária (BAHIA, 1979). O patrimônio do agricultor, nesses casos, praticamente se limitava à residência pobre e mal-conservada, um chiqueiro rústico, uma aguada e, às vezes, um espaço reservado para o cultivo de palma ou outras culturas anuais (CEPLAB, 1980, p. 15).

O acesso aos meios de produção também era muito precário. A dificuldade inicial era a própria posse da terra. Sem título legalizado ou qualquer documentação, os agricultores enfrentavam restrições nas ocasiões em que buscavam obter crédito para aplicar na produção (BAHIA, 1979; CEPLAB, 1980). A pobreza e a situação fundiária irregular bloqueavam o acesso a recursos financeiros e também à assistência técnica, já que ambos os instrumentos permaneciam vinculados à época. Nos oito municípios que dispunham de cerca de um milhão de caprinos e ovinos (o que representava 22% do rebanho nacional), menos de 1% dos agricultores familiares tinham acesso a crédito (CEPLAB, 1980).

Sem acompanhamento técnico adequado para o manejo do criatório, os problemas avultavam. O mais costumeiro, registrado nos relatórios, era o caráter extensivo da atividade, com os animais criados dispersos pela caatinga. A ausência de limites entre as propriedades desestimulava o replantio e a preservação da vegetação nativa, o que resultava em sobreexploração do espaço de pastoreio e a conseqüente degradação ambiental (CEPLAB, 1980). Ora, um dos desdobramentos dessa situação é a redução da produtividade, com o crescimento pouco expressivo do rebanho. Somente nos períodos de reprodução é que os animais eram recolhidos aos apriscos para o parto. Aí surgiam outros problemas: como os produtores não tinham o cuidado de separar os animais por espécie, os chiqueiros favoreciam a proliferação de doenças e verminoses que se espalhavam, contaminando até mesmo as aguadas. O resultado era óbvio: elevada mortalidade e

redução da produtividade (BAHIA, 1979).

A ausência do manejo adequado produzia um quadro lastimável: bicheiras, infecções decorrentes de abortos, animais mutilados pelos ataques de onças e cabras perambulando pelos sertões com fraturas expostas (BAHIA, 1979). É compreensível, portanto, que boa parte da produção fosse destinada para consumo doméstico e não houvesse aproveitamento de produtos derivados. Em 1974, por exemplo, 72% da produção era destinada ao auto-consumo ou comercializada em mercados próximos (CEPLAB, 1980). Empregando baixa tecnologia e pouco conhecimento técnico, a oferta de caprinos estava sujeita a grandes oscilações, já que nos períodos secos a mortalidade nos partos era elevada. Também não se discutia a comercialização do produto nos maiores centros urbanos da região.

Eventualmente, caminhoneiros adquiriam o animal “em pé” e o revendiam em Pernambuco, Sergipe, Alagoas ou até mesmo em São Paulo (CEPLAB, 1980). Nessa época, os principais produtos derivados do caprino eram a carne e também a pele. A carne, porém, enfrentava dificuldades de acesso aos mercados mais exigentes em função das precárias condições sanitárias em que se davam os abates. Embora antiga, a estatística ofertada por Castro (1984, p. 122) dá uma dimensão do problema: em 1964, 989 mil caprinos foram abatidos em frigoríficos e matadouros municipais. Em sítios e fazendas – com situações de salubridade certamente muito precárias – foram abatidos 787 mil animais.

A pele igualmente apresentava problemas, já que os processos de esfolamento e secagem nem sempre eram realizados com a técnica adequada, o que acabava provocando danos no produto. A CEPLAB (1980) estima que 50% das peles eram perdidas, mesmo com as excelentes condições climáticas do Nordeste para o curtimento do produto. Note-se que os curtumes existentes na Bahia muitas vezes eram obrigados a importar peles, porque os produtores locais não tinham oferta suficiente para atender a demanda. Além das deficiências no esfolamento e secagem, as peles das cabras produzidas na Bahia tinham outro problema: as manchas e orifícios decorrentes de problemas endêmicos, como as bicheiras.

A situação descrita acima demonstra que a caprinocultura no Nordeste semi-árido da Bahia estava longe de apresentar condições de competitividade com produtos similares.

Persistiam, portanto, as restrições impostas pela natureza de subsistência da atividade. Mas, mesmo que houvesse uma estrutura mais profissional por parte dos produtores, a infra-estrutura oferecida pelo Estado constituiria um gargalo. O próprio governo reconhecia que nas áreas rurais faltavam água, saneamento, eletrificação e os serviços de educação e saúde eram deficientes ou até inexistentes (CEPLAB, 1980). Na região, somente a BR 407 era pavimentada, cortando-a na direção Norte-Sul, além de 130 quilômetros asfaltados da BR 235, com trajetória no sentido Leste-Oeste. Assim, mesmo que produzissem, os caprinocultores perderiam competitividade no escoamento da produção.

A presença do Estado limitava-se a um escritório técnico em Juazeiro, com dois veterinários. Segundo o relatório do CEPLAB (1980), a ação estatal na região se resumia à presença de alguns órgãos públicos sem dinheiro, dispersos espacialmente, sem estrutura e sem mecanismos capazes de otimizar os poucos recursos disponíveis.

Em meados da década seguinte o diagnóstico permaneceu semelhante, mas já se reconhecia com maior respaldo técnico a importância da caprinocultura para o desenvolvimento do semi-árido (CAVALCANTI E SILVA, 1988). Entre as virtudes apontadas estava o fato de pequenos ruminantes, como as cabras, não concorrerem com os seres humanos no consumo de grãos (como o milho e o feijão), há facilidade no transporte dos animais, reduzindo eventuais custos de transação, além da evidente colaboração para reduzir a migração em direção aos grandes centros urbanos. Uma vantagem adicional é que as cabras constituem uma importante fonte de proteína animal em uma região em que a carência alimentar da população ainda está presente.

A partir dos anos 1990, com a redemocratização do Brasil, a formulação e a aplicação de políticas públicas passou a ser discutida dentro de uma perspectiva mais democrática, incorporando demandas de setores da sociedade que anteriormente permaneciam reprimidas ou não ecoavam nos centros decisórios do poder. O agravamento de questões como a migração, a pobreza no campo e nas pequenas cidades do interior do Nordeste forçaram o reconhecimento de que essas regiões enfrentam problemas específicos que exigem soluções particulares. Um fenômeno paralelo a esse foi a emergência dos movimentos sociais no Brasil pós-Ditadura Militar, principalmente no campo, e que contribuíram para pressionar pela adoção de um modelo de desenvolvimento que contemple uma maior diversidade de atividades produtivas, principalmente àquelas às

quais se dedicam os produtores familiares.

Esses elementos contribuíram para moldar o novo contexto da arena em que se protagonizam os esforços pelo desenvolvimento da caprinocultura, particularmente no Nordeste semi-árido da Bahia. É o que se discute a partir da seção seguinte.

PRODUTIVIDADE E “CABRA FORTE”

Embora existam rebanhos caprinos espalhados em quase todas as regiões da Bahia, o semi-árido concentra 80% de todo o efetivo, estimado em 4,2 milhões de animais de 2006, o que corresponde a cerca de 42% de todo o rebanho nacional. Embora expressivos, os rebanhos de outros estados nordestinos estão longe de rivalizar com o plantel baiano, conforme se pode constatar no Quadro 1, que utiliza dados de 2004.

QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO DO REBANHO CAPRINO ENTRE OS ESTADOS DO NORDESTE (2004)

ESTADOS	REBANHO CAPRINO	% REBANHO NACIONAL
BAHIA	3.919.445	39,01
CEARÁ	904.258	9,0
PIAUÍ	1.406.281	14,0
PERNAMBUCO	1.533.132	15,26
RIO GRANDE DO NORTE	428.278	4,26
OUTROS	1.140.066	11,35
TOTAIS	9.331.460	92,88

Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

Mas, mesmo dentro da região semi-árida, não existe uma distribuição homogênea do rebanho. A irradiação da ocupação do território em direção ao Vale do São Francisco favoreceu também a consolidação e permanência dos rebanhos caprinos naquela região, conforme atestam números recentes. Mesmo com o passar dos anos, a situação sofreu poucas alterações, já que a mobilidade nas regiões de criatórios pode ser considerada insignificante, conforme atesta estudo recente (MARTINS, GARAGORRY E CHAIB

FILHO, 2006). O trabalho também demonstra que a produtividade na caprinocultura tem crescido, dentro do intervalo estudado (1975-2003), principalmente junto às dez microrregiões com maior densidade de caprinos, o que evidencia que a atividade tem crescido de importância no âmbito do agronegócio brasileiro.

Nesse cenário, merece referência particular a situação de Juazeiro. Situado no Baixo Médio São Francisco, no chamado Polígono das Secas, o município em 2000 tinha população majoritariamente urbana (133.278, contra 41.289 residentes no campo) e indicadores sociais preocupantes. Quase 20% da população com idade até 14 anos era analfabeta, 9,88% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam na mesma situação e a renda *per capita* não ultrapassava R\$ 175,15, soma pouco superior ao valor do salário-mínimo à época (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006). A baixa escolaridade da população naturalmente se reflete sobre a distribuição de renda: naquele ano, somente 38,32% da riqueza gerada no município era apropriada pelos 80% mais pobres.

A difícil situação social de Juazeiro, porém, não impediu o município de permanecer como o mais importante pólo caprinocultor brasileiro ao longo das últimas décadas. A tabela elaborada por Martins, Garagorry e Chaib Filho (2006) e adaptada para este trabalho mostra que Juazeiro não só se manteve como a principal referência em no Brasil, como conseguiu obter ganhos de produtividade que reforçam as esperanças em torno do desenvolvimento da caprinocultura sustentável como agronegócio. Nos últimos anos, inclusive, nota-se que houve uma maior concentração do rebanho caprino em torno de três microrregiões, entre as quais se destaca Juazeiro. Dados de Martins, Garagorry e Chaib Filho (2006) estimam que 25 % de todo o rebanho nacional encontram-se no entorno dessas três localidades.

QUADRO 2

MICRORREGIÕES COM MAIORES REBANHOS CAPRINOS 1975-2003

Ano	Microrregião	UF	Efetivo	% País
1975	Juazeiro	BA	799.971	11,26
1975	Euclides da Cunha	BA	323.188	4,55
1975	Alto Médio Canindé	PI	311.156	4,38
1985	Juazeiro	BA	1.672.630	16,69
1985	Euclides da Cunha	BA	470.450	4,66
1985	Campo Maior	PI	323.550	3,30
1995	Juazeiro	BA	1.986.050	17,62
1995	Euclides da Cunha	BA	724.446	6,43
1995	Campo Maior	PI	423.079	3,75
2003	Juazeiro	BA	1.682.893	17,56
2003	Itaparica	PE	473.350	4,94
2003	Campo Maior	PI	272.083	2,84

Fonte: Elaboração do autor, com adaptações.

Note-se que o crescimento do rebanho em Juazeiro não decorreu da expansão das áreas de criação, conforme sempre aconteceu no semi-árido baiano, com baixa ou nenhuma incorporação de produtividade. No mesmo intervalo entre 1975 e 2003 o número de animais por quilômetro quadrado saltou de 14,325 para 30,143, o que representou mais que o dobro. Com esses resultados, pode-se deduzir que houve visível elevação da produtividade, com a provável superação de alguns gargalos que durante muitos anos

dificultaram o desenvolvimento da atividade. Numa avaliação preliminar, pode-se deduzir que a etapa da consolidação da caprinocultura como instrumento de subsistência está quase concluída. Daí por diante, exige-se o desenvolvimento de estratégias que permitam ao produtor ingressar no agronegócio caprino.

Os resultados animadores de Juazeiro, porém, devem ser analisados com cautela. A Microrregião insere-se em um espaço mais amplo, que abrange todo o Nordeste semi-árido da Bahia e integra dezenas de municípios. Para efeitos de planejamento, o pólo caprinocultor da Bahia foi dividido em seis regiões, que apresentam a composição disposta no Quadro 3:

QUADRO 3

PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS DE CAPRINOS NA BAHIA

Região de Remanso	Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Pilão Arcado e Remanso
Região de Juazeiro	Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá
Região de Conceição do Coité	Araci, Barrocas, Candeal, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Conceição do Coité, Gavião, Nova Fátima, Pé de Serra, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santaluz, São Domingos, São José do Jacuípe, Serrinha, Teofilândia, Valente e Várzea da Roça
Região de Jaguarari	Andorinhas, Campo Formoso, Jaguarari, Mirangaba, Ouroilândia, Umburanas e Várzea Nova
Região de Paulo Afonso	Abaré, Canudos, Chorrochó, Glória, Jeremoabo, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida
Região de Monte Santo	Cansanção, Euclides da Cunha, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue e Tucano

Fonte: CONAB. Elaboração do Autor.

Essa regionalização contempla uma grande heterogeneidade. Há municípios com populações significativas e diversidade econômica (como Juazeiro e Paulo Afonso), há municípios que contam com uma cômoda infra-estrutura viária, o que favorece as atividades produtivas (como Riachão do Jacuípe e Serrinha), há municípios mais próximos

dos grandes centros urbanos da Bahia, o que facilita também o intercâmbio comercial e há municípios cuja articulação com o restante do estado é precária e rarefeita (são os casos de Campo Alegre de Lourdes, na fronteira com o Piauí, além de Casa Nova e Pilão Arcado). O que há de comum entre todas esses municípios, porém, é a ausência de grandes oportunidades de desenvolvimento, mas que se desenham com maior clareza em relação à caprinocultura. São aspectos que devem ser levados em consideração na formulação de políticas de desenvolvimento.

Os melhores resultados obtidos pela caprinocultura baiana nos últimos anos decorreram da aplicação de um conjunto melhor articulado de políticas. Somente quando se percebeu que a atividade tem potencial para atingir mercados urbanos mais amplos e até mesmo países estrangeiros é que se começou a pensar com maior seriedade o desenvolvimento da caprinocultura. O fato de envolver agricultores familiares dispersos pelo semi-árido jamais empolgou as autoridades políticas, que nunca se preocuparam em desenvolver uma estratégia consistente para alavancar a atividade.

Um rápido olhar sobre o planejamento governamental ao longo das últimas três décadas é uma evidência. Somente no Plano Plurianual 1996-1999 da Bahia é que se previram recursos para a capacitação de produtores, através de cursos, assistência técnica e pesquisas (BAHIA, 1995). No Plano Plurianual seguinte houve uma atenção maior: previram-se R\$ 214 mil para treinamentos de produtores rurais nas duas principais regiões dedicadas à atividade no estado: o Vale do São Francisco e o Nordeste semi-árido (BAHIA, 1999, p. 180). O problema é que os recursos tiveram que ser compartilhados também com o treinamento dos ovinocultores.

Somente no Plano Plurianual 2004-2007 é que a caprinocultura foi objeto de uma proposta explícita: o Programa Cabra Forte, que previu a intervenção do Estado na implantação de infra-estrutura hídrica e capacitação de mão-de-obra para elevar a produção e a produtividade (BAHIA, 2003, p. 154-155). Implementado em 2003, “o programa tinha o objetivo de possibilitar a inserção social dos produtores através da geração de renda proveniente da ovinocaprinocultura e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida de suas famílias” (BAHIA, 2006, p.1).

Inicialmente beneficiando 18 municípios, mais adiante o programa foi estendido a outros

32, atingindo um total de 50 contemplados. Estimativas apontam que 60% dos rebanhos caprino e ovino estão nessas localidades. Dados da coordenação do programa indicam que um levantamento feito em parceria com o IBGE mapeou os municípios com maior incidência de micro e pequenos agricultores contemplando-os inicialmente (BAHIA, 2006, p. 2).

A ação governamental parece ter focado exatamente os maiores problemas enfrentados pelos produtores: assistência técnica (atividades voltadas para a melhoria genética, nutrição e sanidade animal), capacitação (os produtores são capacitados para um melhor manejo do rebanho, incluindo aí a alimentação adequada e a prevenção contra doenças), infraestrutura hídrica (escavação de poços artesianos, construção ou recuperação de pontos de água e construção de pequenas barragens, além de pontos para a captação de águas da chuva para o consumo humano), melhoramento genético do rebanho, implantação de 100 hectares de pastagens para a produção de 400 fardos de feno por mês, além de medidas de sanidade animal e nutrição. O mais inovador, porém, foi a adoção do Bode Móvel, um microônibus equipado com laboratórios, sala de aula e vídeo, com a finalidade de ensinar o manejo de animais aos pequenos produtores (BAHIA, 2006). No Quadro 4 estão listados os resultados apresentados na execução do programa até agosto de 2006.

QUADRO 4

ACÇÕES DO CABRA FORTE: JUL/2003 A AGO/2006

Cadastramento de 35.150 pequenos criadores de caprinos e ovinos;	Assistência técnica para 35.203 produtores, formada por técnicos de nível médio e superior;
Construção de 7.599 cisternas	Construção de 37 barragens
Implantação de 420 sistemas simplificados de abastecimento de água	Perfuração de 514 poços artesianos
Inseminação de 2.598 matrizes	Distribuição de 1.183 crias de ovinos e caprinos
Importação de 60 embriões de ovinos e caprinos	Capacitação tecnológica de 32 mil produtores

Fonte: SEAGRI. Elaboração do autor.

Note-se, todavia, que todas essas ações são voltadas para estruturar a caprinocultura. Nenhuma delas está diretamente focada nos mercados ou na constituição do agronegócio caprino. Embora melhor estruturado que as iniciativas dispersas e fora de foco aplicadas até então, o Programa Cabra Forte cometeu o equívoco de continuar enxergando a caprinocultura como uma atividade tocada por pequenos produtores (o que é verdade), mas com o ranço da pecuária de subsistência sempre presente. Em nenhum momento, por exemplo, se pretendeu entrelaçar políticas com a pecuária bovina, contemplando ou buscando absorver a caprinocultura.

Uma evidência de que a profissionalização da caprinocultura não estava no foco do Cabra Forte foi a construção do FRIFORTE, unidade frigorífica localizada em Juazeiro. O governo do Estado investiu na recuperação e adequação da unidade, dotando-a de capacidade de abater 200 animais por dia. Ocorre que quem venceu a licitação foi um frigorífico privado, que ficou com a responsabilidade de gerir o negócio. O que restou aos produtores organizados em cooperativas foi a promessa de que a empresa pretende “intensificar (a) parceria com os produtores do Cabra Forte” (BAHIA, 2006, p. 10).

O passo mais consistente dado na direção da consolidação do agronegócio caprino partiu do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado em parceria com o Cabra Forte. O PAA é uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero e opera adquirindo, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a produção de associações e cooperativas de agricultores familiares. Após a aquisição, esses produtos são doados a instituições beneficentes. O instrumento legal para viabilizar a transação é o CAEAF – Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea – (CONAB, 2006, p.8).

Até 2006, três convênios haviam sido firmados, sendo que o maior foi com a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região de Valente (APAEB) no valor de R\$ 422 mil. Um dos contratos, a propósito, não pode ser executado porque a entidade beneficiada não dispunha de *freezers* para armazenar a carne caprina, no município de Casa Nova (CONAB, 2006, p.8). O próprio relatório da CONAB reconhece a dificuldade de se estruturar a cadeia produtiva do caprino, já que não existem estudos que permitam dimensionar a demanda do mercado.

Embora se reconheça que existem dificuldades diversas que entram o pleno

desenvolvimento do agronegócio caprino no semi-árido, avanços são necessários. Primeiro porque o fortalecimento da atividade pode desempenhar um papel crucial na redução da pobreza e das desigualdades sociais, já que vai beneficiar diretamente os pequenos produtores residentes em áreas rurais. Segundo porque muitas condições prévias de infraestrutura para o desenvolvimento da atividade já foram contempladas, conforme se apontou acima. Há, porém, duas outras razões entrelaçadas que se reforçam e ajudam a explicar o lento avançar em direção ao agronegócio caprino.

O mais importante deles é a crença arraigada na sociedade baiana de que tudo que é produzido aqui deve ser exportado para os países desenvolvidos. É uma espécie de “síndrome primário-exportadora” que nos acompanha desde que as primeiras expedições portuguesas avançaram sobre as reservas de pau-brasil. O discurso fácil da globalização, vigente na década passada, reforçou essa mentalidade. E a carne e os derivados da cabra, vítimas de forte preconceito até mesmo aqui, são postas fora do páreo antes mesmo que a competição comece. A outra razão, que se entrelaça à primeira, é que essa “síndrome primário-exportadora” nos impede de enxergar que existem mercados internos, próximos e amplos que podem dar um forte impulso à atividade.

Pressões já surgem nesse sentido, principalmente entre os agricultores residentes nas regiões produtoras. Um termômetro interessante do nível de compreensão e de cobrança da sociedade foi dado durante a elaboração do Plano Plurianual Participativo, promovido pelo governo baiano entre os meses de maio e junho de 2007. É o que será discutido na seção seguinte.

DISCUSSÕES E PROPOSTAS DO PPA PARTICIPATIVO

Embora a legislação brasileira preveja a participação social na formulação e acompanhamento da execução de políticas públicas e estabeleça mecanismos que permitem essa intervenção, principalmente nas áreas de saúde e educação (BRASIL, 1988; Brasil, 1990; Brasil, 1996), a herança antidemocrática da Ditadura Militar (1964-1985) e a cultura despótica vigente em algumas regiões do país, principalmente no Nordeste Rural, sempre inibiram essa envolvimento da sociedade. O resultado desse processo é uma participação popular ainda tímida, o que compromete a eficiência e a eficácia das políticas públicas e favorece práticas políticas espúrias, como o clientelismo, o assistencialismo e a

corrupção.

No rol dos instrumentos da administração pública encontra-se o Plano Plurianual (PPA), mecanismo estratégico que agrega o conjunto de ações, projetos e programas governamentais durante um quadriênio. A legislação não prevê a participação direta da sociedade na construção desse documento, embora seu conteúdo repercuta sobre a sociedade e programas e projetos que o compõem exijam o acompanhamento social, a exemplo dos já citados casos da saúde e da educação. Nos últimos anos, porém, governos com inclinações mais democráticas têm recorrido à consulta popular na construção dos planos plurianuais, combinando as sugestões dos técnicos governamentais com propostas da sociedade organizada. Foi o que ocorreu na Bahia em 2007.

A decisão de consultar a sociedade na construção no PPA foi inédita. No Plano Plurianual anterior (2004-2007) houve algumas reuniões com representantes da sociedade, mas os participantes eram indicados pelas próprias secretarias e as reuniões aconteceram apenas em Salvador (BAHIA, 2003, p. 17). Em 2007 adotou-se uma estratégia diferente: foram convidadas entidades da sociedade, organizadas e atuantes, para reuniões que aconteceram em 17 cidades, distribuídas por todas as regiões do estado. Esse esforço resultou na coleta de oito mil propostas, apresentadas por 12 mil participantes das plenárias. Estimativas apontam que, somando as reuniões preparatórias ocorridas nos territórios, mais de 40 mil pessoas se envolveram no processo (PPA PARTICIPATIVO tem mais..., 2007).

O próprio critério adotado para estabelecer uma nova regionalização para o planejamento no estado sinaliza para um diálogo mais estreito com a sociedade. É que o governo decidiu adotar os “Territórios de Identidade”, já acatados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para a aplicação de suas políticas e que considera critérios sociais, culturais e, logicamente, econômicos, mas onde a sensação de “pertencimento” é a maior referência, já que a divisão territorial parte de uma leitura efetuada pela própria sociedade. A opção é um avanço em relação ao passado, quando a regionalização do estado e da aplicação de políticas públicas se dava apenas nos gabinetes governamentais, sem nenhuma integração com a sociedade.

As propostas foram coletadas através de dois eixos de desenvolvimento distintos. No eixo social foram alocados temas como saúde, educação, cultura, igualdade e direitos humanos

e defesa do cidadão. O segundo eixo teve caráter econômico, abrangendo temas como agricultura e desenvolvimento rural, infra-estrutura e logística, ciência e tecnologia e indústria, comércio e serviços (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2007, p. 5). Assim, os participantes se dividiam por temas de interesse e, nas salas, se organizavam em pequenos grupos, debatendo e apresentando propostas durante cerca de duas horas. No ato final do evento, as propostas eram lidas para todos os participantes da plenária e em alguns dias estavam disponíveis no site da Secretaria de Planejamento. Além da apresentação das propostas, os participantes elegeram lideranças para o Conselho de Acompanhamento do PPA, que têm a função de acompanhar a aplicação do plano. Cada território elegeu dois representantes (REPRESENTANTES do Conselho..., 2008).

Mesmo disseminada em praticamente todo o semi-árido baiano, a caprinocultura foi objeto de preocupação especial em cinco Territórios de Identidade durante as plenárias do PPA: Sertão do São Francisco, Itaparica, Sisal, Piemonte Norte do Itapicuru e Semi-Árido Nordeste II. Embora com pequena variação relacionada a algum município ou outro, esses cinco territórios correspondem à porção do Nordeste semi-árido da Bahia, que polariza a caprinocultura e cujos principais municípios são Juazeiro, Euclides da Cunha, Paulo Afonso e Remanso. Correspondem, portanto, às delimitações anteriormente empregadas para mapear a atividade.

Conforme já apontado, as discussões e propostas apresentadas no PPA Participativo sinalizam para um momento em que já há consolidação da atividade na dimensão da subsistência, com a infra-estrutura ofertada nas décadas anteriores. O que se necessita, como apontam os próprios caprinocultores, é de estrutura para a consolidação do agronegócio caprino. No Quadro 5 seguem as propostas apresentadas, divididas por território de identidade:

QUADRO 5

PROPOSTAS PARA A CAPRINOCULTURA: PPA PARTICIPATIVO

Território de Identidade	Propostas
Sertão do São Francisco	- Abatedouros municipais para abate de caprinos; -Capacitação da mão-de-obra na caprinocultura;

	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo ao comércio de caprinos com outras regiões; - Equipamentos de apoio ao beneficiamento da carne caprina;
Sisal	<ul style="list-style-type: none"> - Estoque territorial de feno para manter rebanho no período de estiagem; - Frigorífico para abate de caprinos; - Unidades de pesquisa e difusão de tecnologia; - Núcleo de melhoramento genético de caprinos; - Curtume para melhor aproveitamento do couro;
Piemonte Norte do Itapicuru	<ul style="list-style-type: none"> - Agroindústria para processamento de leite e carne; -Uso racional da caatinga consorciada com a caprinocultura; - Infra-estrutura para escoamento da produção; - Investimentos em estudos e pesquisas;
Semi-Árido Nordeste II	<ul style="list-style-type: none"> - Matadouro e armazenamento para distribuição de carnes, inclusive a caprina; - Unidade de beneficiamento de carnes, como embutidos, defumados, cortes padronizados; - Curso de Profissionalização de Agricultores Familiares;
Itaparica	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio ao manejo produtivo da caprinocultura;

Fonte: SEPLAN. Elaboração do autor

As propostas apresentadas no Quadro 5 mostram o patamar que se anseia atingir com a caprinocultura no Nordeste semi-árido da Bahia. Contrariando a longa tradição de se criar cabras apenas como uma alternativa de proteína animal doméstica, sem ambições de se

constituir uma cadeia comercial, os participantes das plenárias do PPA Participativo demonstraram que a atividade já atingiu um nível de maturidade em que se fazem necessárias iniciativas mais inovadoras e mais profissionais.

Um dos aspectos que se sobressai nas propostas acima é que a qualificação da mão-de-obra é uma das demandas mais recorrentes entre os agricultores familiares. Considerando o baixo nível tecnológico prevalecente na região, é natural deduzir que acréscimos na qualidade do trabalhador envolvido vai logicamente repercutir sobre o desempenho na atividade. Daí as recorrentes reivindicações por melhor qualificação. Outra questão que se entrelaça é os investimentos em tecnologia, incluindo-se aí o melhoramento genético dos rebanhos.

Por fim, há uma dimensão da infra-estrutura não contemplada nos programas implementados anteriormente, como o Cabra Forte. Trata-se de investimentos em frigoríficos e abatedouros adequados para caprinos. Quando esse item é negligenciado, o abate de animais tende a ocorrer em locais improvisados (como sítios e fazendas), sem as devidas condições higiênicas, o que dificulta a comercialização da carne nos grandes centros urbanos, já que não existem as devidas garantias sanitárias.

Outro fator importante é a preocupação do produtor em fazer o máximo aproveitamento do animal. Além da tradicional comercialização da carne, há a preocupação em aproveitar o couro, cujos preços nos mercados são atrativos e também com a geração de produtos diversificados e com mais alto valor agregado, como embutidos, defumados e carnes com cortes padronizados.

Todas essas propostas demonstram que a agroindústria caprina possui potencial e que as condições para que deslanche estão amadurecidas. Resta, nesse processo, o Estado desempenhar o papel fundamental de impulsionar a iniciativa, assegurando ao agricultor familiar sustentabilidade econômica em sua atividade. Note-se que a caprinocultura deve ser observada com maior atenção no Nordeste semi-árido da Bahia, que se caracteriza como região com baixos indicadores econômicos e sociais, escassez de recursos naturais, limitada cultura empreendedora da população e histórico de dependência de ações assistencialistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caprinocultura tem uma prolongada relação com a população do norte semi-árido da Bahia, desde os primórdios da ocupação do Vale do Rio São Francisco. Por séculos, contudo, o animal se constituiu apenas em mais um sustentáculo na cultura de subsistência da região, complementada com os cultivos de milho, feijão e mandioca. Nas últimas décadas, porém, a necessidade de induzir o desenvolvimento nas regiões mais atrasadas da Bahia despertou as autoridades para o potencial da caprinocultura.

As iniciativas conduzidas até aqui sempre foram pontuais e mais voltadas para garantir a sustentabilidade de pequenos rebanhos, visando à subsistência dos agricultores familiares. Só nos últimos anos é que houve esforços melhor articulados e de maior fôlego, assegurando a necessária infra-estrutura e colocando a atividade no limiar de se tornar, de fato, agronegócio.

Consolidar a caprinocultura como agronegócio, porém, é o esforço mais complexo e considerável de toda a jornada. Embora existam condições satisfatórias para o sucesso, o conjunto de ações e de atores que precisam ser mobilizados, atuando de forma coordenada, exigirá um grande arranjo de engenharia política. O fracasso de iniciativas anteriores em outras áreas se deve, certamente, à ausência dessa conjunção de esforços, o que produziu frustração e apatia.

Hoje, porém, as condições são mais favoráveis e os arranjos institucionais facilitados, dados a crescente percepção de que o êxito de políticas públicas depende de coordenação institucional e de um esforço de transversalidade das ações. E a causa justifica todo o esforço. Afinal, induzir o desenvolvimento sustentável em uma região com escassez de recursos naturais, com indicadores sociais desfavoráveis e aproveitando vocações e aptidões nativas representam o caminho mais correto para a melhoria das condições de vida da população.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Governador, 2008-2011 (Jaques Wagner). **Plano plurianual 2008-2011**. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/i_plano_plurianual_2008_2011.htm> Acesso em: 14 mar. 2008.

BAHIA. Governador, 2004-2007 (Paulo Souto). **Plano plurianual 2004-2007: Bahia desenvolvimento humano e competitividade**. Salvador: EGBA, 2003. 311 p. il.; tabs.

BAHIA. Governador, 2000-2003 (César Borges). **Plano plurianual 2000-2003: Bahia de todos os tempos**. Salvador: EGBA, 1999. 259 p. il.; tabs.

BAHIA. Governador, 1996-1999 (Paulo Souto). **Plano plurianual 1996-1999**. Salvador: EGBA, 1995. 257 p. i.; tabs.

BAHIA. Secretaria de Agricultura. **Programa Cabra Forte melhora a qualidade de vida dos pequenos produtores do semi-árido baiano**. Salvador, ago 2006. 13 p. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/resumo_cabraforte.pdf> Acesso em: 08 fev. 2008.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Subsecretaria de Ciência e Tecnologia. **Proposta para desenvolvimento da caprino - ovinocultura no Estado da Bahia**. Salvador: SEPLANTEC, 1979. 52 p. Convênio com a Associação dos Criadores de Caprino e Ovinos da Bahia.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.redebrasil.inf.br/0cf/00fr.htm>> Acesso em: 04 abr. 2007.

BRASIL. Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.rebidia.org.br/direduc.html>> Acesso em: 19. jul. 2007.

CASTRO, Aristóbulo. **A Cabra**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984. 372 p.

CAVALCANTI, Ginaldo; SILVA, Reginaldo Camargo da. **Aspectos da caprinovincultura na Região Nordeste**: tecnologia, produção e comercialização. Recife: SUDENE, 1988. 36 p.

CEPLAB. CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA. **Programa de apoio à caprinovincultura no semi-árido da Bahia**. Salvador: CEPLAB, 1980. 50 p. il. (Programas e Projetos, 3)

CONAB. Superintendência Regional da Bahia e Sergipe. **Caprinovincultura na Bahia**. Maio 2006. 13 p. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/sureg/BA/caprinovincultura_na_bahia.pdf> Acesso em: 23 fev. 2008.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1964. 292p.

_____. **Obra Autobiográfica**. Tomo II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARTINS, Espedito; GARAGORRY, Fernando Luís; CHAIB FILHO, Homero. **Evolução da caprinovincultura brasileira no período de 1975 a 2003**. Sobral: Embrapa, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cnpc.embrapa.br/cot66.pdf>> Acesso em: 22 fev. 2008.

MONTEIRO, Joyce Maria G. **Plantio de Oleaginosas por agricultores familiares do semi-árido nordestino para a produção de biodiesel como uma estratégia de mitigação e adaptação às mudanças climáticas**. 2007. 302 f. Tese (Doutorado em Ciência e Planejamento Estratégico). Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PPA PARTICIPATIVO tem mais de 8 mil sugestões. **Secretaria de Planejamento**. Salvador, 19 jun. 2007. Disponível em:

<http://www.ppaparticipativo.ba.gov.br/noticias/19_06_2007.asp> Acesso em: 27 mar. 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

POMPONET, André. Diagnósticos antigos, dilemas atuais: perspectivas para a caprinocultura no nordeste semi-árido da Bahia. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador, n. 159, p 28-35, abr/jun. 2008.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Caderno do PPA Participativo 2008-2011**. Salvador, 2007. 30 p.

SEI/SEPLAN. **Atlas dos territórios de identidade. Estado da Bahia**. Versão Preliminar. Salvador, 2007. CD-Rom.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Identificação e análise da evolução temporal das manchas de pobreza na Bahia**. Banco de Municípios da Bahia. Produzido pela Diretoria de Estudos (DIREST). Salvador, 2006. CD-Rom.

REPRESENTANTES do Conselho de Acompanhamento do PPA Participativo são empossados. **Secretaria de Planejamento**. Salvador, 27 fev. 2008. Disponível em: <http://www.ppaparticipativo.ba.gov.br/noticias/27_02_2008.asp> Acesso em: 20 mar. 2008.

`
This work is in the Public Domain.`

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)